

País vai pedir a credor revisão do acordo da dívida

O secretário para assuntos internacionais do Ministério do Planejamento, ministro Clodoaldo Hugueney Filho, disse ontem que o Brasil vai pedir a revisão do acordo da dívida externa, de setembro último, para eliminar o estrangulamento da economia, provocado pela pressão inflacionária do superávit comercial que o País precisa gerar para pagar os juros integrais aos credores internacionais.

"Acabou o refinanciamento clássico da dívida, com os bancos credores dando o chamado dinheiro novo para o fechamento imediato do balanço de pagamentos e exigindo o pagamento integral dos juros futuros" — afirmou Hugueney Filho. Ontem, o embaixador Marcílio Marques Moreira almoçou com o secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, para acertar os detalhes do recado que levará aos Estados Unidos para obter os credores a redução dos encargos deste ano da dívida externa.

Segundo Hugueney Filho, a revisão do acordo, inclusive com a ameaça de opção por soluções traumáticas, nada tem a ver com a posição das reservas cambiais do País, ainda superior a 6 bilhões de

dólares. "Não é questão de estrangulamento interno, mas sim do impacto interno da geração de elevados superávits comerciais para o pagamento anual de 12 bilhões de dólares de juros. Como o setor público gera o superávit e o governo paga os juros da dívida, há a enorme emissão inflacionária de moeda para honrar os compromissos externos" — reiterou o assessor da Sepplan.

O governo brasileiro tentará acelerar as negociações para o ingresso de dinheiro novo já encaminhadas e ainda abrir novas fontes de recursos. Entre os pedidos já apresentados, constam a concessão de 2 bilhões de dólares pelo Banco Mundial, de 500 a 600 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 500 milhões de dólares de cofinanciamento Banco Mundial/governo japonês e os 600 milhões da segunda parcela do dinheiro novo dos bancos credores privados.

Para antecipar o desembolso dos recursos do Banco Mundial, o governo brasileiro precisa viabilizar o desembolso dos 500 milhões de dólares de financiamento ao setor elétrico.